



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO IPSIS VERBIS

CPI - PLANOS DE SAÚDE		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0770/03	DATA: 12/06/03
INÍCIO: 10h40min	TÉRMINO: 11h55min	DURAÇÃO: 01h15min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h16min	PÁGINAS: 35	QUARTOS: 15
REVISÃO: Luciene Fleury, Patrícia Maciel		
CONCATENAÇÃO: Estela		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos constantes da pauta da reunião.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Havendo número regimental e **quorum** declaro abertos os trabalhos da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os planos de saúde. Indago dos colegas Parlamentares se precisamos ler a ata da reunião anterior, realizada no dia 10 de junho, tendo em vista que cópia foi distribuída. Se ninguém...

(Não identificado) - Solicito a dispensa da leitura da ata, aprovar a dispensa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Está bem. Então, se todos estamos de acordo, está dispensada a leitura da ata. Não havendo, então, quem queira discuti-la, coloco em votação. Aqueles que aprovam permaneçam como estão, como se encontram. *(Pausa.)* Aprovada, então, a ata da nossa reunião anterior. Pois é, o problema é que nós não temos ainda.., o Deputado requerente não está aqui. Nós podemos pular para o item 2. Bom, eu vou então convidar o nosso Vice-Presidente para dirigir os trabalhos, porque os próximos requerimentos que serão votados são da minha autoria — são os itens 5 e 6 da pauta —, enquanto nós aguardamos os Deputados que são autores do requerimentos dos itens 1 a 4. Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Então, para que o nosso Presidente de fato possa apresentar os seus requerimentos. Item 5 da pauta. Requerimento nº 5/2003, do Sr. Deputado Henrique Fontana, que requer seja convidado o Sr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, que responde pela articulação dos PROCONs do Brasil, para prestar esclarecimentos sobre a existência dos casos reclamados junto a este órgão. Passo a palavra ao prezado Deputado Henrique Fontana, Presidente da Comissão.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Bom, eu queria só então solicitar o apoio dos demais Parlamentares que compõem a nossa Comissão. Este é um requerimento de defesa muito simples e direto. Os PROCONs de todo o Brasil têm uma estrutura que articula e organiza esses PROCONs. Eles são recebedores de inúmeras denúncias que nós queremos investigar nesta CPI. E, portanto, iniciar, do meu ponto de vista, a nossa CPI ouvindo o responsável pela articulação desses PROCONs, que, talvez, inclusive poderá convidar e se assessorar de diferentes representantes de PROCONs de outros lugares do Brasil. Sem dúvida vai contribuir



para o início do diagnóstico que nós queremos fazer. Esta é a minha defesa e peço, portanto, o voto dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Alguém mais quer discutir? *(Pausa.)* Então, em votação o requerimento. Aqueles Parlamentares que concordam com a aprovação do requerimento queiram permanecer como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Item 6 da pauta. Requerimento nº 6/2003, do Sr. Henrique Fontana, que requer seja convidado o Sr. Gustavo Marrone de Castro Sampaio, do PROCON de São Paulo, para a apresentação de casos por amostragem que envolvam negativa de cobertura, reajuste por faixa etária, descredenciamento, urgência e emergência praticados pelos planos de saúde. Em votação o requerimento. Para encaminhar a votação concedo a palavra ao autor, Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - A colocação feita deixa claro o requerimento. Não há necessidade de encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Obrigado, Presidente. Aqueles que concordam com a aprovação do requerimento, queiram permanecer como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Devolvo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Henrique Fontana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Item 7 da pauta. Requerimento do Deputado Elimar Máximo Damasceno, que requer seja convidado o Dr. Erivalder Guimarães de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo, para apresentar a posição do sindicato em relação à CPI de Planos de Saúde. Com a palavra o Deputado que apresenta o requerimento, Deputado Elimar.

O SR. DEPUTADO ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO - Sr. Presidente, é de suma importância que possamos ouvir... O ideal seria que ouvíssemos todos os representantes de todos os sindicatos de médicos do País. Mas como não é possível, pelo menos, esse do Estado de São Paulo seria interessante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Algum Deputado gostaria de usar a palavra? *(Pausa.)* Deputado Arlindo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu gostaria de sugerir ao Deputado Elimar, como ele próprio ponderou que o bom seria ouvir todos os



sindicatos. Ele escolheu um, por coincidência um que eu já presidi. E reconheço a importância, é um sindicato grande. Mas há duas entidades nacionais da área sindical que representam os médicos. Uma é a própria Federação e uma outra que é a Confederação Nacional dos Médicos. Essa Confederação é mais recente. Foi decorrência de divisão política na eleição da Federação, sem entrar em detalhes. Mas exatamente por essa dimensão, e se o Deputado Elimar concordar — se ele não concordar, eu aprovo o requerimento, não há nenhum problema —, nós podemos também convidar tanto a Federação quanto a Confederação, porque creio que eles até poderiam mandar os representantes que julgarem mais adequados enquanto entidade. Então, poderia, por exemplo, o Sindicato de Minas Gerais ou do Rio Grande do Sul, ou do Paraná, enfim, ou do Nordeste. Dando essa abertura, talvez pudesse atender à própria preocupação do Deputado Elimar, caso ele concorde.

O SR. DEPUTADO ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO - Claro, estamos de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Eu sugeri ao nosso requerente. Vamos ouvir os outros colegas que talvez tenham outras sugestões que podem, se houver aceitação... Então, Deputado Mário.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Eu estou, eu estou tentando ordenar isso, conforme a sua orientação na reunião passada. Seria ideal que a gente fizesse a aprovação — como a gente decidiu que ia começar pela base consumidora, pela base usuária —, que a gente concentrasse os requerimentos em bloco, como está sendo sugerindo, para a gente não ficar indo e voltando. Então, seria interessante, claro, os sindicatos estarem representados, os conselhos regionais, mas que nós focássemos agora um dos usuários, até por entidades que defendem os usuários, por capitais, pelo menos as mais importantes, para que a gente tenha a ótica do usuário, a ótica do prestador, para depois a gente chegar no ponto. É só a sugestão que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Rafael Guerra, coordenador da Frente Parlamentar da Saúde nesta Casa.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Bom, Presidente, eu acho que o cronograma de trabalho, como o Deputado Mário Heringer acabou de falar, é



importante que a gente tenha essa seqüência. Agora, por outro lado, também podemos aprovar o requerimento, que já fica aprovado e fica para ser oportunamente realizada a audiência pública. Então,... e concordo com a sugestão do Deputado Arlindo, porque se nós chamarmos representantes, começarmos a chamar representantes dos Estados, cada Deputado aqui vai querer que o representante do seu Estado venha. E aí é um..., é interminável. Então, eu acho que a FENAM, a Federação Nacional dos Médicos, que representa todos esses, que congrega todos os sindicatos, e a Confederação Médica Brasileira, que é a outra entidade que o Deputado Arlindo Chinaglia falou, citou, também podem ser convidadas, representando então esse setor. E caso eles queiram, traga representantes de alguns Estados, etc. Mas convidaríamos a entidade nacional. Aí, seria a FENAM e a Confederação Médica Brasileira. Numa outra oportunidade — parece que já há outros requerimentos nesse sentido — , então, deveríamos ouvir a Associação Médica Brasileira e o Conselho Federal. Mas, aí, nesse requerimento, ficaria a FENAM e a Confederação, caso o nosso autor do requerimento concorde com a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado, Deputado Rafael Guerra. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, caros colegas, eu até pedi inscrição depois que o Deputado Mário se manifestou. Eu acho que todos nós aqui temos alguma experiência no Parlamento e alguma experiência de CPI. Quando eu participei... Aqui na Câmara, eu já participei de duas ou três CPIs, e cada uma tem a sua dinâmica. Mas, naquela CPI mais polêmica da qual participei, que foi a CPI CBF/Nike, nós tínhamos um acordo entre os Parlamentares de, no geral, aprovar os requerimentos de audiência, de tomada de depoimento, assim por diante. Porém, a ordem de ser ouvido, depois a própria Mesa Executiva da Comissão discutia, principalmente o Relator, que sente a necessidade disso... Não significava que, com a aprovação de duzentos requerimentos, nós ouviríamos os duzentos, mas significa que você vai ouvir aqueles que principalmente venham a colaborar com o Relator, que tem que ser muito ouvido nisso. Eu acho que nós poderíamos adotar conduta semelhante. Aprovam-se os requerimentos e, se nós entendermos que um depoimento pouco vai contribuir ou até somente vai repetir o que um anterior disse,



a gente até deixa isso *a posteriori*, caso tenha tempo, porque o maior inimigo de uma CPI é o tempo. Esse que é o maior inimigo nosso, porque ela demora pra ser notada, notada na sociedade, porque uma CPI só anda quando a sociedade nota, pega confiança e sabe que ali é um foco importante de investigação, e demora pelo menos metade dos 120 dias que temos para ser notada. Então, acho que aprovaremos os requerimentos, e depois faz-se a escala de quem nós vamos ouvir, de acordo com a necessidade, o que não significa — acho que tem que ter esse acordo entre nós — que todos aqueles que foram convocados serão ouvidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Eu queria... Desculpe-me, eu me distraí. Quem pediu inscrição? Deputado Jamil; depois, o Deputado Mário novamente. Depois, talvez, possamos ouvir o requerente, o Deputado que fez o requerimento, pra ver se ele altera o requerimento pra que possamos votar. Deputado Jamil.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Eu coloquei aqui dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Já vamos chegar neles, Deputado. É o item 7.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Quando eu vejo aqui o Requerimento nº 7, eu percebo a boa intenção do colega Parlamentar em ouvir um líder do segmento dos médicos. Então, ouvir os médicos como elementos fundamentais nessa tragédia, nesse drama vivido pelos planos de saúde. Não é só o usuário, também os profissionais estão sofrendo muito. Eu vejo a boa intenção de propor ouvir o Presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, que deve ser ouvido. Agora, estou de acordo também com a argumentação levantada aqui pelo Dr. Rosinha, que foi o que eu ouvi, mas pode ter sido levantada por outros, para que a gente ouça entidades nacionais, e está, inclusive, na minha proposta, que vai ser analisada posteriormente, a Confederação Médica Brasileira — o Presidente é o Eivalder. E aqui, então, está o Conselho Federal de Medicina; a Associação Paulista de Medicina; a AMB — Associação Médica Brasileira; a Federação Nacional dos Médicos; a Confederação Médica Brasileira. E aí eu também estou de acordo com essa posição de que a Mesa vá estudando a composição, quando que chama um, quando que chama outro, vá montando dessa forma. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado. Então, o Deputado Mário, e, depois, devolvo a palavra ao Deputado Elimar.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Eu quero deixar claro que, quando eu fiz aquela colocação, eu não tenho nada contra a aprovação de requerimento nenhum, porque eu acho que, numa CPI, qualquer proposta de requerimento precisa de ser aceita para que seja analisada a importância dela lá na frente. O que eu acho que a gente precisa de fazer é só um ordenamento nesse negócio, porque, senão, a gente fica perdido. A minha intenção é exatamente essa. Com relação à Federação e às Confederações, eu acho muito importante que, na convocação que, porventura, venha a ser feita a elas, seja inclusive citado que elas poderiam se subsidiar das estaduais, das municipais, das entidades que estivessem ligadas a elas, até mais importantes, porque diversificariam a informação. Mas, quanto à aprovação dos requerimentos, eu acho que a gente não tinha que entrar nesse momento no mérito da aprovação, mas aprová-los todos. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Obrigado. Então, com a palavra o Deputado autor do requerimento, Deputado Elimar Máximo Damasceno.

O SR. DEPUTADO ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO - Sr. Presidente, eu concordo com a idéia dos nossos colegas plenamente e, inclusive, eu já havia entrado em contato com o Dr. José Erivalder, e ele já havia com antecedência me afirmado que ele viria representando a Confederação Médica. Então, quer dizer, a sugestão dele está em bom tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Então, tá bem. Eu agradeço a alteração feita pelo autor do requerimento. Então, para deixar claro o que nós vamos votar a seguir, o requerimento fica alterado para... Sai o Dr. José Erivalder Guimarães de Oliveira como Presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo, e nós, então, convidamos a Federação Nacional dos Médicos e a Confederação Médica Brasileira. Então, este requerimento vota essas duas entidades. Em votação, então, o requerimento. Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovado o requerimento do Item 7 da pauta. Passamos ao Item 8l. Requerimento, também, do mesmo Deputado, Elimar Máximo Damasceno. Requer seja convidado o Dr. Geraldo Luiz Moreira Guedes, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, para apresentar a posição do



CRM em relação à CPI dos Planos de Saúde. Eu passo a palavra ao autor do requerimento, que, talvez, na mesma linha do anterior, sugira uma alteração, sem que o Presidente queira induzir nenhuma posição dos colegas Deputados.

O SR. DEPUTADO ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO - Tá certo. Certamente surgirão as idéias dos colegas, mas os conselhos serão fundamentais, serão os gerais, os nossos aliados nessa guerra, nessa batalha que vamos ter aí. Então, é fundamental a presença deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Mário Heringer. Heringer, é assim que se diz, né, Deputado?

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Heringer. Não quero ser o chato aqui o tempo todo não, mas, já que estamos aqui para trabalhar, vamos trabalhar. Tem um requerimento do Bispo Wanderval aqui que trata exatamente disso, eu acho que a gente deveria juntar. É o primeiro, que chama pelo Conselho Federal, quer dizer, chama pela entidade maior. Mas eu queria mais uma vez ressaltar a importância de várias pessoas, várias pessoas falando trazem para a CPI uma importância maior, porque a CPI busca informação. Então, acho que a gente não pode simplesmente minimizar e botar só uma pessoa representando toda uma classe. Então, eu acho que é importante. Fica parecendo que a gente vai repetir conselhos, mas a gente está mudando pessoas, e pessoas têm informações e posições diferentes uma da outra. Então, eu acho que a gente não pode minimizar e botar simplesmente o grupo comandante falando aqui. CPI tem que ouvir mais. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Rafael Guerra

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - O que proporia ao autor, ao Deputado Elimar Damasceno, é que nós convidássemos o Presidente do Conselho Federal e aí poderíamos incluir o Presidente da AMB, porque aí ficam cobertas as 4 entidades, duas numa audiência e duas na outra, se ele concordar, porque aí isso ficaria resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Aí fica Conselho Federal e AMB nesse requerimento?

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Nesse aí. E, depois, em relação aos requerimentos do Deputado Jamil Murad, nós precisávamos de ouvir certamente



entidades não-médicas. Fala: representativas de profissionais prestadores de serviço de saúde". É bem mais amplo o requerimento do Deputado Jamil Murad. Então, poderíamos incluir a odontologia e outras áreas que...

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Um esclarecimento, Deputado Rafael Guerra, é que, no requerimento propriamente dito, referi-me às entidades médicas nacionais.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Poderíamos talvez...

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - O resumo aqui dá a entender que seria mais amplo, mas na verdade eu coloquei.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Mas aí V.Exa. poder dar uma... Como o Deputado Elimar Máximo Damasceno está fazendo, porque aí já fica... Estou de acordo, desde que ele concorde com essa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Então há uma sugestão concreta Deputado Rafael Guerra, que seria de transformar este requerimento num requerimento para convidar o Conselho Federal de Medicina e Associação Médica, este que estamos discutindo. Então com a palavra o autor do requerimento para nos dizer se acata essa sugestão.

O SR. DEPUTADO ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO - Sr. Presidente, aceito plenamente a idéia do nosso colega, o Deputado Rafael Guerra. Mas também penso que, como este País é muito grande, seria interessante ouvirmos focos de cada região, as particularidades de cada região. Então, como não é possível trazer representantes de todas regiões, creio que pelo menos um não tomaria tanto tempo e acrescentaria bastante ao nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado, sugiro uma reflexão. Também penso que muitos representantes regionais deverão ser ouvidos. Talvez fosse interessante pensarmos em outro requerimento que incluísse algumas representações regionais numa outra audiência. E votaríamos este requerimento com as duas entidades nacionais, até porque, particularmente, depois, com tempo, poderemos refletir com os Deputados que compõem a CPI. Entendo que terminaremos até fazendo algumas audiências públicas em Estados do País, pois inclusive fica mais fácil ouvir entidades. Por exemplo, se vamos fazer uma audiência pública em Minas Gerais ou em São Paulo, ali temos mais condições de ouvir.



Então, a sugestão é de que este requerimento seja das entidades nacionais, este que vamos votar agora, Conselho Federal e Associação Médica Brasileira. Consulto o Deputado se concorda com esta sugestão do Presidente.

O SR. DEPUTADO ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Então em votação o requerimento que convida o Conselho Federal de Medicina e a Associação Médica brasileira. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Vamos voltar porque está conosco o Deputado Robson Tuma, que é autor do requerimento do Item 2 da pauta. Requer que sejam solicitados a todos os planos de saúde e empresas seguradoras na área de saúde que encaminhem a esta Comissão todos os ressarcimentos feitos ao SUS, com nome completo dos pacientes e instituição hospitalar do atendimento e ainda valor do ressarcimento com os respectivos dados do atendimento e do pagamento.

Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, primeiro, voltando um pouco, sou a favor de ouvir todo mundo. Penso que uma CPI tem que ouvir mesmo, tem de ir para os Estados. Temos competência da lei para entrar em seguradoras, em plano de saúde suspeitos, em hospitais, e para apreender documentos. Sempre fui a favor de que, quando a CPI é instalada, tem de exercer em cima de tudo aquilo que ela tem dúvida. Penso, sim, que devemos ir a alguns Estados. Obviamente, este requerimento, por exemplo — sou autor do Item 2, 3 e 4... Esses Itens 2, 3 e 4 têm a intenção de buscar um retrato real do que ocorre no sistema de planos e seguradoras da área de saúde em todo o País, como são atendidos os assegurados e como é tratada a determinação em relação ao ressarcimento que deve ser feito ao Sistema Único de Saúde, o SUS. Então, a idéia, na verdade, é para ter esse retrato. Ali, muito provavelmente, teremos algumas dúvidas. E dentro dessas dúvidas exerceremos os direitos e os deveres e as obrigações constantes na Constituição, no Regimento Interno da Casa e na lei das CPIs e no Código Penal Brasileiro. Então, pediria que todos entendessem o Item 2, 3 e 4, como são importantes, aprovando os mesmos para que possamos ter, dentro desta Comissão, todo retrato real do que acontece em todo o sistema hoje no País.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Algum outro Deputado gostaria de debater este requerimento do Item 2?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, primeiro que acho a iniciativa interessante, por creio que a questão do ressarcimento, segundo a legislação atual, ela ocorre apenas naqueles casos onde o plano deveria dar cobertura e não praticou. Acho que essas informações, estou tentando ver de que maneira poderemos trabalhá-las, porque se não tiver algo para comparar, vamos receber informação. E eu estou aqui, ainda não consegui concluir o que nós poderemos concluir com essas informações. A não ser os valores, o número de pacientes e eventualmente sua própria identificação, a sua distribuição geográfica e tal. Não que eu seja contra, é qual talvez nós devêssemos — e estou fazendo até para dialogar com o Deputado Robson Tuma — para que... Temos que ter algum paradigma, porque se não houver com o que comparar, creio que a informação vai ser volumosa, mas até o momento reflito...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Duvido que seja volumosa. Esse que é o problema.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Se a intenção é esta ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - *(Inaudível.)*

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso.

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Não podemos fazer pré-julgamentos, mas acho que devíamos pedir ao Ministério da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - *(Intervenção inaudível.)*

O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA - Acho que devíamos pedir ao Ministério da Saúde, que é um órgão só.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu acho que, talvez, podíamos — estava pensando exatamente — ter informação dos planos e ter algo para comparar, pode ser do Ministério da Saúde. Podíamos, então, combinar as duas informações.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Só tentar dar uma explicação, Sr. Presidente. A intenção do requerimento é exatamente esta. O que é uma CPI? É fazer investigação. Primeiro, vamos saber se estão ou não fazendo algum tipo de ressarcimento; segundo, nós vamos ter o poder e o direito de depois descobrir se



são verdadeiras as informações ou não. E a intenção é clara, é esta, é saber se realmente estão fazendo. Se peço para o Ministério da Saúde, como é que nós vamos ter alguma informação? Temos que ter lá mesmo, no instituto, da figura... O que pode é fazer um novo requerimento pedindo para os planos e seguradoras de saúde, e também para o Ministério da Saúde, para que o SUS responda, e depois usar os dois. Então, poderíamos fazer com que o requerimento ficasse no seguintes termos: a Comissão solicitar dos planos de saúde, empresas seguradoras da área de saúde, bem como do Ministério da Saúde, que encaminhe a esta Comissão todos os ressarcimentos, tal, tal. Então, somente acrescentar “Ministério da Saúde”, nós teríamos então uma abrangência total. A intenção é exatamente essa. A informação que temos é que nunca se paga nada, nunca se ressarce nada e sempre há o argumento de que a lei não foi regulamentada, mas há uma lei que determina o pagamento e o ressarcimento. Então, essa é a grande dúvida, e acho que aí podemos esclarecer bastante coisa. Então, só acrescentar ao requerimento, entre na área de saúde, vírgula, e Ministério da Saúde, vírgula, que encaminhe a esta Comissão. Só acrescentar “Ministério Saúde”, após esses dois itens, acho que resolve. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Primeiro o Deputado Mário, depois o Deputado Arlindo. Não sei se o Deputado Rafael tinha pedido a palavra também. Deputado Mário, Deputado Arlindo.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER - Na mesma linha do que foi dito para o requerimento anterior, pelo Dr. Rosinha, eu acho que a gente tem que ter o entendimento da aprovação das solicitações. O mais importante que a gente conversou anteriormente é que esta CPI não visa —e a gente fez como discurso— caça às bruxas. Então, não importa para a gente se vamos ter um comparativo ou não. A informação que o Deputado Robson pede pode servir para a gente propor, lá ao final da CPI, soluções adequadas para o nosso sistema. Então, acho que tem validade, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Arlindo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, queria sugerir, se caso o Deputado Robson Tuma achar que não cabe, eu apresentaria uma proposta, mas acho que dá... Assim como, por sugestão do Deputado Rafael Guerra,



acrescentou-se o Ministério da Saúde, eu queria sugerir que entrasse também aí o mesmo pedido para a Agência Nacional de Saúde, porque, por funções distintas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - De Saúde Suplementar?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ... Saúde Suplementar.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Tudo bem, eu sou a favor de pedir tudo para todo mundo, temos que ter um retrato real de tudo. Fica amplo, informações tanto dos órgãos governamentais quanto das empresas privadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Só para tentar organizar, se o Presidente compreendeu bem, estou pedindo para a Carla, nossa Secretária da Comissão, em contato com o Deputado autor do requerimento, para dar uma redação abrangendo as preocupações que foram colocadas pelos Deputados. Então, a sugestão para o Presidente é a seguinte: primeiro, que nós requeremos de todos os planos de saúde — vamos dar uma redação que abrange todos os tipos de planos —, do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Desses três...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Na verdade, existem planos de saúde e seguradoras da área de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Isso. Vamos dar uma redação que inclua todas as empresas que atuam.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Já que vamos pedir para todo mundo, vamos por as cooperativas da área de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Isso. Vamos colocar todas que atuam na área, vamos dar uma redação que inclua todos. E vamos pedir que isso seja enviado à CPI, no caso os ressarcimentos feitos ao SUS desde a implantação da lei, que é uma lei que, como todos sabem, tem 5 anos já de aprovação, e talvez a sua regulamentação possa ter sido posterior. Nós vamos... E se a informação for essa, não foi regulamentada e só tem dos últimos 3 anos, vamos informar os últimos 3, e que informem ano a ano. A nossa Secretária, Carla, me informou que já solicitamos à Agência Nacional de Saúde Suplementar o cadastro de todas as empresas que operam plano de saúde, sejam seguradoras, empresas de plano, cooperativas, etc., para que saia uma correspondência oficial da Comissão, solicitando essas informações a elas...



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Tem requerimento, inclusive, sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - ...dentro do requerimento do Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Permita-me só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Devolvo a palavra ao autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... fazer uma sugestão a V.Exa., que eu tenho pouca experiência em CPIs, o próprio Deputado Arlindo conviveu comigo na CPI dos Medicamentos. E nós sabemos o quanto há a tentativa, às vezes não maldosa, mas talvez de algum funcionário um pouco mais preguiçoso, em então impor que isso seja, no máximo, essas informações venham em quinze dias. E as próprias leis da CPI permitem que se coloque este prazo, é um prazo legal, tranqüilo, inclusive prazos que se fornecem para os próprios bancos, que é uma coisa muito mais complexa quando se quebra sigilo, para que possamos ter a tranqüilidade de que isso não vai chegar daqui a seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Então, além dos itens que incluí anteriormente, nós vamos limitar o prazo. Normalmente, me informa aqui a Carla que normalmente se coloca nos ofícios esse prazo, mas está incluído então no requerimento que vamos votar. Feitos os esclarecimentos, nenhum Deputado mais deseja usar a palavra, coloco em votação o Requerimento nº 2/03, do Deputado Robson Tuma. Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Item 3 da pauta. Requerimento do Sr. Deputado Robson Tuma, que requer seja solicitada a todos os órgãos competentes dos Estados e da União relação das denúncias feitas contra as empresas de planos de saúde, bem como das empresas seguradoras da área de saúde. Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Esse é importante para que possamos ter um retrato real do que acontece no sentido das reclamações feitas. Por que nos Estados e na União? Por que muitas reclamações são feitas no Ministério da Saúde; outras, nas Secretarias Estaduais; outras, no Departamento de Defesa do Consumidor; outras são feitas em diversos órgãos? Portanto, se se mandar a Governo do Estado, obviamente ele vai colher da Secretaria de Saúde, do



Departamento de Defesa do Consumidor. Eu só gostaria de que, para evitar que provavelmente aconteça alguma proposta já nesse sentido, sejam os planos, as seguradoras e as cooperativas também incluídas no requerimento. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Primeiro, eu acho que um acordo aqui, até preliminar entre nós, de que normalmente, ao requerer qualquer situação dessa, nós vamos requerer de todas as empresas, estruturas que atuam neste mercado, porque nós temos as chamadas autogestões, nós temos as empresas, as seguradoras, as cooperativas. Então, nós vamos encontrar a redação que abranja todas as situações. Eu, antes de colocar em votação, confesso que sinto a necessidade de aqui, como dizia o Deputado Arlindo há pouco, refletir um pouquinho mais, aqui entre nós, se a gente não está com um requerimento de caráter um pouco abrangente talvez demais, ou genérico, por um lado. O objetivo tem que ser preservado. Eu não sei se, enviando para os Governos de Estado, por exemplo, nós vamos ter sucesso com isto em tempo hábil, porque movimentar a máquina pública, ali, por exemplo, chegar na Secretaria de Justiça, de Segurança, etc., nós podemos ter um volume de informações eventualmente desordenado, talvez que não nos ajude tanto quanto gostaríamos. Então, eu, por exemplo, pensei se não deveríamos — estou ponderando com o autor do requerimento —, se não deveríamos, num requerimento pelo menos, formalizar que nós nos dirigíssemos a todos os PROCONs, por exemplo, do Brasil inteiro. Vou dar um exemplo, não quer dizer que não possa haver um outro requerimento: que nos descrevessem, ao longo do último período, por exemplo, dos últimos 2 anos, todas as questões de reclamações, etc., que chegaram a esses PROCONs. E talvez ampliarmos... Eu estou com isso na cabeça, pode haver outras idéias de entidades e instituições. Como aqui o nosso Relator está colocando: a Promotoria de Defesa do Consumidor. Talvez especificarmos um pouco melhor, debatermos alguns minutos para chegar a uma redação talvez mais completa. Então, se o requerente acha adequado — ele tinha pedido a palavra imediatamente — nós podíamos ouvir os outros três colegas e depois passamos ao Deputado Robson Tuma. Primeiro, o Dr. Rosinha, depois... Dr. Rosinha.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É, eu acho que tem que estar definido a quem enviar e, é lógico, como disse o próprio autor do requerimento, dando o tempo para a resposta, porque, se não houver o tempo, não se faz. Bom, os PROCONs... É importante. Alguns Estados têm também as delegacias, os DECONs, são delegacias de polícia mesmo que já fazem isso. Então, eu acho que é PROCONs e delegacias. Eu pedi — não deu tempo de eu protocolar a tempo para entrar no debate de hoje — um requerimento para ouvir o IDEC. Se quiserem votar agora, tudo bem. Senão, na próxima sessão nós votaremos, porque o requerimento será entregue nessa linha. Então, é definir... Acho que PROCONs, DECONs, as delegacias de consumidores têm que ter a definição, o foco, aonde vamos, o alvo. Senão, não vem resposta mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Benedito Dias.

O SR. DEPUTADO DR. BENEDITO DIAS - Sr. Presidente, eu acho que aí... Eu gostaria de dar uma opinião de englobar nisso aí o Ministério Público Federal e Estadual, porque também é o foco de denúncia. As pessoas vão lá, no Ministério Público, denunciar, tanto no federal como no estadual, principalmente em meu Estado. Existem esses 2... Não sei se seria PROCONs. Eu acho que o Ministério Público Federal e o Estadual seriam os 2 focos de denúncias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Jamil Murad.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em São Paulo, como Deputado Estadual, eu fiz inúmeras representações e ações junto com a Promotoria da Cidadania. Então, nós íamos aos hospitais para ver o problema de medicamento ou então o problema do não-atendimento. Então, essa instituição, que é o Ministério Público Estadual, através da Promotoria da Cidadania, tem ali um bom arquivo, uma boa experiência, e que poderia ser solicitado a nível nacional, particularmente nos Estados aonde a concentração de planos de saúde é muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, desculpa só eu colocar, talvez... Entenda que parece que eu... Mas eu participei de quase todas as CPIs da



Casa. Então, qual é a maneira que sempre procuro quando faço algum requerimento? É sempre trazer à Comissão o poder de ficar livre, para que nós não precisemos... Amanhã nós vamos nos dividir porque teve um escândalo no Rio, Minas, Bahia, São Paulo, enfim 5 Estados. Vão 3 Deputados para cada Estado. Nós não vamos ter *quorum* para apresentar requerimento, mas nós vamos precisar de informações. E se a gente fizer um requerimento agora mandando para o Ministério Público, e amanhã a gente quer do Ministério Público, mandando para o Ministério Público Estadual e querendo do Ministério Público Federal, nós vamos ter poder e autonomia para fazê-lo. Então, se o senhor ver o requerimento, estou pedindo para todos os órgãos. E depois, cabe, é claro, à Presidência, mandar para o Governador ou mandar para o Ministério, é claro, mandar para a Procuradoria, para o PROCON, a DECON, a Secretaria de Saúde, a Secretaria de Segurança, porque as Delegacias recebem denúncia. Tem o Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde, Polícia Federal, Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, IDEC, Promotoria de Cidadania, enfim, há, inclusive, organizações não-governamentais. Enfim, vamos ter aberto aí, com a aprovação do requerimento, a possibilidade de a qualquer momento, em qualquer situação, em qualquer reunião, em qualquer Estado que nós estivermos, que qualquer Parlamentar que estiver presente poderá, imediatamente, exercer o direito do requerimento aprovado e de pedir as informações e os documentos imediatamente, por uma questão de gentileza, porque a CPI inclusive pode apreender qualquer documento em qualquer circunstância que o queira, porque a Lei das CPIs é clara para isso. Então, na verdade, o requerimento é abrangente, abrange tudo. E aí nós não precisaríamos ficar amanhã: não, esquecemos do órgão tal. Não faz mal. Presidente, manda lá para o órgão tal também e pede a informação. E nós temos aqui a amplitude de todos os órgãos. Se o senhor vai mandar para o Governador do Estado para deixar marcada a posição política, também, porque é importante. Amanhã o Diretor da DECON não manda porque ele não quer informar alguma coisa ou algum funcionário quer embutir alguma coisa. Também vamos ter a responsabilidade do Governo de Estado que foi pedida para os seus subordinados, assim como para o Governo Federal. Enfim, há várias maneiras de se exercer com a abrangência do requerimento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Acho que ficou claro para todos nós Deputados. E a preocupação do Deputado certamente contempla, e depois nós podemos, aprovado esse requerimento de caráter abrangente, o nosso Relator, em contato inclusive com o Deputado, pode ir definindo quais as estruturas por onde começaremos. Mais algum esclarecimento?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, não discordando desta possibilidade, mas eu creio que deve ficar registrado, e o Deputado Robson Tuma vai concordar, que, eventualmente, alguma iniciativa de algum Parlamentar que seja mais específica, mas que eventualmente poderia até estar coberto nessa proposta mais genérica, que, digamos, tenha o tratamento, porque eventualmente pode haver um plano, mas um Deputado ou uma Deputada pode ter uma iniciativa que, digamos, incida mais objetivamente num item. Então, é sem prejuízo de uma outra iniciativa que contemple assuntos correlatos.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Só para esclarecer o Deputado, é exatamente isso. V.Exa. amanhã fica sabendo que teve a instituição tal que recebeu uma queixa-crime no 43º Distrito Policial de São Paulo — vamos supor que seja numa sexta-feira, numa subcomissão que está no Estado de São Paulo. V.Exa. pode, de imediato, quem está coordenando pode assinar o requerimento e mandar trazer a informação a V.Exa., imediatamente. Não precisaríamos esperar a outra semana, aqui. Isso acontece nas CPIs, em geral, como uma maneira de rapidez. Não inibe nenhum tipo de ação. Ao contrário, ficam legalizadas todas as informações, daqui por diante, que queremos ter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Então, o requerimento será votado com a redação apresentada. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado. Informo que durante nosso debate foram sugeridos, pelo menos, os PROCONs de todo o Brasil, as chamadas Delegacias do Consumidor, o Ministério Público Estadual e o Federal. Então, a nossa Secretaria da Comissão já estará trabalhando imediatamente, a partir da aprovação do requerimento. Pergunto aos Srs. Deputados se mais algum item deve ser encaminhado imediatamente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu anotei aqui algumas sugestões, até para mostrar que era abrangente o requerimento. Foi falado em



PROCONs, DECONs, Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança dos Estados, Ministério da Saúde, Agência Nacional da Saúde, Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Federal, IDEC, que é o Instituto de Defesa do Consumidor, e a Promotoria de Cidadania, especificamente, nos Estados em que couber, como falou o Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Então, vamos ao Item 4 da pauta, também do Deputado Robson Tuma, que requer seja solicitada aos órgãos competentes relação de todas as empresas de planos e seguradoras da área de saúde. O Deputado Robson Tuma quer fazer uso da palavra? É o Item 4?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Para a gente ter, exatamente, para manhã... Como já aprovamos um requerimento pedindo diretamente as empresas de saúde, planos de saúde, e aqui acrescentaria também novamente cooperativas de saúde, para que possamos encaminhar ofícios para elas seria bom termos uma relação, em cima de um requerimento, para termos base legal de tudo o que poderemos pedir diretamente, inclusive, e também para termos o CNPJ das empresas, os seus proprietários, enfim, a relação completa. Podemos inclusive ter todos os dados na Comissão, para uma quebra de sigilo, para uma investigação ou para uma visita de surpresa a qualquer uma dessas instituições ou cooperativas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento do Item 4, do Deputado Robson Tuma. Os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado. Voltamos ao Item 1 da pauta. Requerimento do Sr. Deputado Bispo Wanderval, que requer seja convidado o Conselho Federal de Medicina para prestar esclarecimentos sobre o tratamento dispensado pelos planos de saúde aos profissionais médicos. Com a palavra o Deputado Bispo Wanderval.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Sr. Presidente, a presença do Conselho Federal de Saúde vai ser de fundamental importância para esta CPI. Certamente vai dar uma grande contribuição, tendo em vista o número de reclamações desses profissionais, que às vezes são retirados desrespeitosamente. Portanto, eu pediria aos nobres pares que nós aprovássemos esse requerimento, e que a CPI possam dar uma contribuição muito grande para a sociedade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Foi importante a manifestação do Deputado Bispo Wanderval. Nós terminamos votando, ao votarmos o Requerimento nº 8, depois de um debate entre os Deputados, acabamos incluindo o Conselho Federal de Medicina no item 8, junto com a Associação Médica Brasileira. De qualquer maneira, está atendida a solicitação. Segundo me informa nossa Secretária, o Requerimento nº 1 está prejudicado, mas vai ocorrer a audiência requerida, porque já votamos.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL – O.k.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Deputado Henrique Fontana) - Acho que agora, Deputado Jamil Murad, vamos passar exatamente para o item 9 da pauta. Requerimento do Deputado Jamil Murad, que requer envio de solicitação de informações às empresas operadoras dos planos de saúde no Brasil.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Gostaríamos de receber das empresas o número de segurados do respectivo planos, discriminados por faixa etária; os valores cobrados dos segurados, por faixa etária; os tipos de contrato, solicitando que eles enviem a esta Comissão os respectivos modelos de contrato; os valores pagos para cada procedimento médico realizado; e os critérios adotados para o credenciamento e descredenciamento de profissionais de saúde nos respectivos planos. Logicamente, tal solicitação é feita com base em denúncias de que é oferecida uma lista de médicos, que depois são descredenciados e são colocados outros médicos, que não oferecem o mesmo atrativo para o comprador do plano. O mesmo ocorre com listas de hospitais, que, após a divulgação os hospitais são descredenciados e são contratados outros que não oferecem o mesmo atrativo. Solicitaremos das empresas essas informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Algum Deputado deseja discutir o requerimento? (*Pausa.*) Não havendo quem queria discutir, em votação o item 9 da pauta, o requerimento do Deputado Jamil Murad. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovado. Passemos ao item 10 da pauta, também de autoria do Deputado Jamil Murad, que requer a realização



de audiência pública na CPI dos Planos de Saúde, para ouvir as entidades representativas dos profissionais prestadores de serviço de saúde.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Praticamente isso já foi discutido por nós. A intenção é colocar em destaque as entidades médicas nacionais — o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira, a Federação Nacional dos Médicos, a Confederação Médica Brasileira. Sou do Estado de São Paulo, onde há uma entidade com 100 mil médicos associados — a Associação Paulista de Medicina —, a qual estou incluindo nessa lista. Mas para não dizerem que só queremos ouvir médicos, o Deputado Rafael Guerra sugeriu que também fossem incluídas entidades nacionais de outros profissionais da saúde. Além disso, até por referência do Deputado Bispo Wanderval, existe a necessidade de ouvirmos também uma entidade que tem na sua composição a representação de 50% de usuários de saúde, de maneira geral, que é o Conselho Nacional de Saúde do SUS. Quando eles ouvem a população, não sabem quem tem plano de saúde e quem não tem, por isso proponho também seja ouvida a Presidenta do Conselho Nacional de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Vamos tentando aqui dar uma redação, primeiro, às quatro entidades que já estão convidadas pelos requerimentos votados anteriormente. Elas, evidentemente, saem deste requerimento. Permanecem a Associação Paulista de Medicina...

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Não deu tempo, a ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - ... o Conselho Nacional de Saúde...

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - ... o Conselho Nacional de Saúde e não deu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - ... o Conselho Federal de Odontologia, vamos votar também de forma abrangente os conselhos das profissões de Saúde.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Vamos, enquanto a gente faz uma reflexão, ouvir a avaliação do Deputado Arlindo Chinaglia.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Olha, eu creio que o volume de requerimentos, hoje, está assim... O problema é que eu penso... Eu queria chamar a atenção dos companheiros aqui da Comissão, é que tantas audiências públicas inviabilizam o trabalho de investigação da Comissão. Veja, porque eu ouvi as entidades. Dificilmente há alguma informação nova, porque, se houvesse, já teriam feito a denúncia antes da CPI. Então, eu creio que os requerimentos, por exemplo, todas as entidades de médicos, nós somos médicos, veja, nós conhecemos tanto quanto, talvez, esses profissionais, os problemas. Então, eu gostaria de propor o seguinte, como encaminhamento para todos os requerimento aqui aprovados: quando for das entidades médicas, uma audiência pública. Todas falarão. Quando for entidades de outros profissionais de saúde, então, vamos colocar aqui: odontólogos, farmacêuticos e outros, todos numa mesa, porque senão nós não vamos fazer outra coisa a não ser demandar audiência pública e fazer pergunta, obviedades se impondo permanentemente, e a CPI, ao final, me perdoem, terá um final melancólico. Então, eu temo que, se a gente for por audiência pública apenas, percebe? Porque CPI, na minha opinião, ela tem alguns procedimentos. A audiência pública é para trazer maiores e melhores informações. Então, eu acho que, por segmentos, a gente, com quatro audiências públicas, nós nos municiaremos de informações mais do que suficientes para fazer outros tipos de trabalho, investigação e pensar a legislação e pensar, quem sabe, outros organismos de controle, não é? Então, eu queria ponderar, porque eu sei que todos temos bases, todos queremos, digamos, trabalhar essa parte também, mas eu penso que tem que combinar, dando uma prioridade, um espaço maior para outras atividades da CPI. Não significa estar contra qualquer... Eu só queria sugerir ao Presidente e ao Relator que, ao organizar, que, se o requerimento garantir livre escolha, vocês escolham, agilizem ao máximo, para gente não passar aqui dois meses fazendo audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Então, a redação que o Presidente vai propor, acolhendo esse alerta do Deputado Arlindo, é que fique neste requerimento do Deputado Jamil Murad a Associação Paulista de Medicina e entidades representativas das demais profissões da área de Saúde. Isso deixa o Relator à vontade para organizar as coisas, ouvindo os colegas da Comissão, para



que a gente não caia num número excessivo de audiências públicas, e certamente o Relator vai nos propor algo dentro da razoabilidade.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, me permita uma sugestão, pela oportunidade. O Deputado Jamil Murad teve uma bela iniciativa, que é convidar representações do Conselho Nacional de Saúde. Nós poderíamos, através do Relator, sugerir ao Conselho Nacional de Saúde, que escolha — lá tem representantes de hospitais, tem representantes de usuários, tem representantes profissionais —, eles poderiam escolher, delegaríamos ao Conselho Nacional de Saúde, eles discutiriam e mandariam aqui uma representação equilibrada, apropriada do Conselho Nacional de Saúde. E aí, nós, creio, temos já uma abrangência mais do que suficiente de várias áreas que congregam ali, debatem, se enfrentam, etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Bispo Wanderval.

O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL - Sr. Presidente, eu quero seguir nessa linha de raciocínio do Dr. Chinaglia, a fim de que a CPI ela tenha o melhor aproveitamento possível. Certamente, por exemplo, eu me senti contemplado, quando, ainda eu não estava presente, foi aprovado o requerimento, esse requerimento meu, ele foi inserido junto com outras entidades. Então, eu me senti contemplado. Eu acho que é isso que nós temos que fazer, até porque nós temos que caminhar também nessa linha de investigação. Inclusive, em outros Estados, no decorrer, no andamento da CPI, certamente que nós iremos receber denúncia. E, no que diz respeito a receber denúncia, Sr. Presidente, eu teria até um outro requerimento que, numa reunião oportuna que nós venhamos colocar, por exemplo, na *TV Câmara* e nos outros meios de comunicação, que nós colocássemos no rodapé, o telefone da CPI, o *e-mail* da CPI, para dar possibilidade às pessoas de colocar denúncia. O requerimento que faço vou trazer por escrito e isso vai contribuir muito para o avanço dos trabalhos da CPI. Eu acho que nós teremos que reduzir o máximo possível essas audiências públicas, integrando-as, como V.Exa. acabou de colocar, dentro dos requerimentos, unificando esses requerimentos e que nós tivéssemos o melhor aproveitamento possível destas audiências públicas, como muito bem disse aqui o companheiro Arlindo Chinaglia. Isso é muito importante.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Deputado Elimar.

O SR. DEPUTADO ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO - Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir que fosse colocada nessa relação dessas entidades a Federação Brasileira dos Hospitais e a Federação dos Hospitais Filantrópicos, porque eles nos fornecerão informações muito importantes com relação aos benefícios e aos danos causados por esses planos de saúde ao nosso sistema de saúde suplementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Eu quero sugerir ao Deputado Elimar que apresente esse requerimento por escrito, para que nós possamos votar numa próxima sessão, senão nós vamos transformar o requerimento do Deputado Jamil Murad numa espécie de requerimento geral e universal. Acho que, para nós organizarmos melhor a CPI, vamos ter tantas outras sessões e podemos aprovar com tranqüilidade. Deputado Saraiva Felipe.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Presidente Henrique Fontana, eu, na mesma linha do Deputado Arlindo Chinaglia, acho que está correto nós tentarmos agrupar. Agora, eu gostaria de chamar atenção o seguinte: dependendo das informações que forem prestadas ou dos esclarecimentos que se fizerem necessários, além das diligências, do que é comum no trabalho da CPI, nós poderíamos ter uma certa flexibilidade. A preocupação dele é justa, de nós não consumirmos o tempo da CPI ouvindo representantes de entidades médicas aqui. Na verdade, acho que muitos de nós têm experiência profissional, para termos a informação. Mas eu gostaria que a gente tivesse uma flexibilidade, na medida em que, e isso vai ser feito como foi sugerido ao Deputado Elimar através da apresentação de requerimento, para que nós pudéssemos também aprofundar as informações. E eu concordo com o Elimar no seguinte: a CPI está começando bem, ouvindo as denúncias, as entidades médicas, o Bispo Wanderval nos sugere, inclusive, ouvirmos dos usuários, os reclamantes dos planos de saúde, mas em algum momento, nós deveríamos ouvir também, dar a chance de audiência às entidades que representam, por exemplo, prestadores de serviço, como foi sugerida a Associação Brasileira de Hospitais, a Federação Brasileira de Hospitais Filantrópicos, que têm queixas também, como instituição, do tratamento dispensado pelas empresas prestadoras de planos de saúde. E poderíamos ouvir também, numa etapa, eu acho que é importante. Inclusive eu gostaria de, elencado todos os



problemas, feitos os levantamentos, de ouvir inclusive as entidades representativas até dos planos de saúde, por exemplo, a ABRANGE, eu gostaria de ouvir. Depois que a CPI tivesse avançado em relação a informações, seria importante que nós fizéssemos o confronto com o tipo de perspectiva e de visão que têm as empresas que trabalham com plano de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Quero, então, solicitar ao Deputado Saraiva Felipe que apresente por escrito, protocole na Secretaria da Comissão esta solicitação de requerimento, então, indicar que nós aqui estaremos votando o requerimento do Deputado Jamil Murad, com o seguinte conteúdo, mantendo o convite à Associação Paulista de Medicina, a entidades representativas das demais profissões da área de Saúde e ao Conselho Nacional de Saúde. Este é o requerimento que nós vamos votar neste momento. Os Deputados que aprovam este requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Quero tornar pública correspondência que recebo do Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde, que passo a ler aos Srs. e Sras. Deputados e demais pessoas que acompanham esta reunião. “Exmo. Sr. Presidente da Comissão de CPI de Planos de Saúde, cumprimento cordialmente pela eleição para a Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias e irregularidades na prestação de serviços por empresas e instituições privadas de planos e assistência à saúde, CPI de Planos de Saúde, coloco desde já à disposição dos trabalhos desta Comissão a estrutura e o corpo técnico da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Outrossim, dentro das normas desta Casa legislativa e no intuito de agilizar o fluxo de informações entre a CPI e a Agência, solicito a V.Exa. que o trâmite de informações e documentos seja efetivado através do gabinete da ANS, em Brasília, chefiado pela servidora Dagmar de Oliveira e localizado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 1, Bloco A, Edifício Darcy Ribeiro, 10º andar, telefones tal e tal. Certo de que com isso a ANS estará colaborando para com as investigações alcancem os resultados almejados pelos nobres Parlamentares, renovo votos de estima e consideração, estendendo-os a todos os Deputados integrantes desta Comissão.” Encaminho a nossa secretária para que protocole esta correspondência e passo a palavra ao Deputado Jamil Murad. Peço ao Deputado Arlindo Chinaglia que assumo por um minuto a Presidência.



O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD - Como existem queixas, inclusive sobre o funcionamento da Agência Nacional de Saúde na sua ação de regulamentação e fiscalização, depois vamos preencher um requerimento convocando a representação da Agência Nacional de Saúde para prestar esclarecimentos aqui, sobre seu trabalho, sobre as queixas que chegam, sobre as soluções para os problemas. Isso já foi levantado inclusive na primeira reunião. Agora, ela deve acompanhar esta CPI... Como um órgão do Governo, ela deve oferecer os meios necessários ao seu alcance — acho que já há até requerimento nesse sentido — para municiar esta CPI das informações que são procedentes para investigar irregularidades. Então, nós agradecemos os votos de bom êxito na CPI — a necessidade de apoio da Agência Nacional de Saúde é da sua própria natureza, então, já está aceito — e que ela comece a cumprir melhor sua obrigação também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arlindo Chinaglia) - Algum outro Parlamentar deseja comentar a respeito? Deputado Mário Heringer.

O SR. DEPUTADO MÁRIO HERINGER – A Agência Nacional de Saúde recebeu o encargo de regular esse sistema, e ela não tem cumprido efetivamente o que está preconizado na lei. Fico muito satisfeito que ela tenha colocado à disposição sua estrutura em Brasília, para nos atender — isso vai dar rapidez, vai dar eficiência —, mas entendo que a Agência Nacional de Saúde também seja responsável por parte desse caos que ora vemos na Assistência de Saúde Suplementar — em alguns casos até a omissão. Então, agradeço a disposição da Agência Nacional de Saúde de se colocar nessa posição — não esperava nada diferente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Nas circunstâncias, acabei vindo falar aquilo sobre o que os dois outros companheiros que me antecederam já se pronunciaram. Eu queria, então, sugerir, Sr. Presidente, que nós já convidássemos a Agência Nacional de Saúde para que aqui viesse dar o seu depoimento, os seus esclarecimentos, quanto ao seu papel institucional no que diz respeito ao plano de seguro de saúde. Eu penso que foi gentil e educada a carta. Evidentemente, é bom ter um órgão disponibilizando inclusive técnicos. Mas até para dar um caráter



institucional, poderíamos já decidir quais são os convidados, para, em dado momento, virem aqui expor o que pensa, o que faz e o que pretende corrigir, por exemplo, a Agência Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Bem, a correspondência foi lida, os comentários foram feitos, não há nenhuma deliberação sobre essa correspondência. Quero passar a palavra, antes de encerrar a nossa reunião e convocar a próxima, ao nosso Relator. Desculpe, o Deputado Saraiva Felipe pediu a palavra.

O SR. DEPUTADO SARAIVA FELIPE - Só um esclarecimento. A sugestão do Deputado Arlindo Chinaglia é que nós ouvíssemos o órgão responsável pela regulamentação e pela fiscalização. Então, eu vou sugerir, só para sermos isonômicos em relação a encaminhamento, porque tenho interesse também em saber como está atuando a ANVISA em relação a plano de saúde, que o Deputado Arlindo Chinaglia formalizasse à Comissão a solicitação para que ouvíssemos a ANVISA aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Isso. Através de requerimento também, exatamente da mesma forma, por escrito e protocolado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, eu ia reivindicar o mesmo tratamento isonômico, mas agora o Presidente me deu essa chance. Então, eu vou fazer o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Está certo. Com a palavra o nosso Relator, antes do encerramento desta sessão.

O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES - Sr. Presidente, colegas Deputados, ouvi atentamente o questionamento de cada um — as dificuldades, as preocupações. E gostaria de, em primeiro lugar, que nós lembrássemos da nossa instalação da CPI, onde o Presidente Henrique Fontana, em tão boa hora, elencou alguns tópicos para que pudéssemos dar segmento ordenado à CPI. E ele criou, naquele momento, e foi aprovado já de pronto pelos pares que estavam naquela reunião, os blocos. E os requerimentos aqui aprovados, nós vamos colocá-los nos blocos, de acordo como foi discutido e aprovado na primeira reunião. Então, não há prejuízo de nenhum requerimento, mas gostaria de lembrar aos colegas da CPI que nós nos dirigíssemos objetivamente, nesse primeiro momento, para os blocos.



Primeiro, os blocos dos usuários, depois vamos chegar até os planos e seguradoras de saúde, como o Dr. Saraiva se preocupou aqui bastante. No questionamento das entidades nacionais serem convocadas, acredito que isso só vai depender muito da dinâmica desta CPI, porque nós temos planos locais, regionais e nacionais. De acordo com a demanda de denúncias, com a demanda da discussão, das audiências que aqui forem feitas é que nós vamos saber se vamos também convocar Conselhos Regionais de Medicina de determinado Estado, de determinada região, órgãos locais. Na questão da Agência Nacional de Saúde, eu também faço minhas as palavras de todos que me antecederam, agradeço os cumprimentos da Presidência e a esta CPI, mas quero dizer que esta relatoria faz questão de receber, analisar e dar encaminhamento a toda documentação pertinente à CPI. E vamos pedir, claro, a colaboração da Agência. Nós agradecemos, mas fazemos questão de dirigirmos esse trabalho aqui. Obrigado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Henrique Fontana) - Nada mais havendo a tratar, convoco a próxima sessão desta CPI para o dia 24, para que nós tenhamos tempo de — sem ser na terça-feira que vem, na terça da outra semana — para que tenhamos tempo de fazer os convites, etc., para que já tenhamos uma primeira audiência pública. Agradeço a presença de todos os Deputados e Deputadas, a participação nos nossos trabalhos de hoje. Está encerrada a sessão.